

Gustavo Capanema: presença e onipresença na educação brasileira

Agnes Cruz de Souza¹

Resumo

O presente artigo procura elucidar, de maneira concisa, as contribuições da gestão do ministro Gustavo Capanema diante do Ministério da Educação durante o Governo de Getúlio Vargas. Por conseguinte, aborda-se o papel das medidas educacionais levadas a cabo pelo então ministro, seus avanços, retrocessos e presença na atualidade escolar do país.

Abstract

This article seeks to elucidate, in a concise way, the contributions of the management of the Minister Capanema outside the Ministry of Education during the government of Getúlio Vargas. Therefore discusses the role of educational measures undertaken by the then Minister, his advances, setbacks and presence at school in the country today.

Palavras-chave: Educação, governo Getúlio Vargas, modernização conservadora, Gustavo Capanema.

Keywords: Education, Getulio Vargas government, conservative modernization, Capanema.

Introdução

Os vencedores da Revolução de 1930 estavam preocupados com a educação brasileira. Com o objetivo de formar uma elite intelectualmente sofisticada, o líder do movimento de trinta, o gaúcho Getúlio Vargas (1888-1954), atentou-se para a criação de um sistema educativo centralizado. Dessa forma, a educação da época impregnou-se de um misto de valores hierárquicos, nacionalismo e conservadorismo – oriundo da influência da igreja católica.

O Ministério da Educação foi criado em 1930 sendo denominado Ministério da Educação e Saúde Pública. Sua formação foi um dos primeiros atos do Governo Provisório de Vargas (1930-1934). Entre os principais protagonistas do período estão os políticos mineiros Francisco Campos (1891-1968), o popular “Chico Ciência”, e o jovem Gustavo Capanema (1900-1985).

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, FCL/CAr.



A gestão de Francisco Campos foi de 1930 a 1932. Capanema permaneceu no cargo de ministro da educação de 1934 a 1945. Washington Pires (1892-1970) ocupou o cargo no período de transição entre os ministérios de Campos e de Capanema.

O ministério de Capanema foi marcado pela presença de intelectuais famosos como consultores, formuladores de projetos, defensores de propostas educativas e autores de programas do governo. Durante praticamente toda a sua gestão, Capanema contou com a fidelidade do poeta Carlos Drummond de Andrade como seu chefe de gabinete, e recebeu colaboração de Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Heitor Villa-Lobos e Manuel Bandeira, entre outros representantes da cultura, da literatura e da música nacionais (MICELI: 2001).

Além disso, a gestão Capanema foi caracterizada por reformas profundas nos campos educacional e cultural. Projetos iniciados no ministério de Francisco Campos foram aperfeiçoados e outros implementados. Definiu-se, também nessa época, uma política de preservação do patrimônio cultural do país, culminando na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)², por meio da influência de Mário de Andrade e dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Demonstrando a relevância de Capanema, merecem destaque, ainda, a criação do Instituto Nacional do Livro e a construção do edifício-sede do Ministério da Educação no Rio de Janeiro, marco da moderna arquitetura brasileira³, com painéis de Cândido Portinari. Os anos Capanema seriam, no entanto, abalados pelos efeitos da política autoritária e centralista do Estado Novo (1937-1945), isto é, pelo processo de modernização conservadora que o país vinha passando.

Com o propósito de rever a estruturação da educação brasileira a partir das realizações e sob a direção de Gustavo Capanema, procuramos discutir o substrato e o contexto de suas

² O IPHAN, como hoje é denominado, foi criado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, no governo do então presidente, Getúlio Vargas, e estruturado por intelectuais e artistas brasileiros da época. Na atualidade, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável por preservar a diversidade das contribuições dos diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira e seus ecossistemas. Esta responsabilidade implica em preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, bem como assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e as futuras gerações. (Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10&sigla=Institucional&retorno=paginaIphan>. Acesso em 10/01/2013).

³ Marco da arquitetura moderna no Brasil, o edifício do Ministério da Educação e Saúde (atual Palácio Gustavo Capanema), no Rio de Janeiro, é o resultado do trabalho de um grupo de arquitetos liderados por Lucio Costa (1902 - 1998), e do qual participaram Affonso Eduardo Reidy (1909 - 1964), Carlos Leão (1906 - 1983), Jorge Moreira (1904 - 1992), Ernani Vasconcellos (1909 - 1988) e Oscar Niemeyer (1907 - 2012).



medidas que caracterizaram o sistema de ensino do país, tanto quanto seus erros, acertos e influência na contemporaneidade educacional.

1. Era Vargas e o Golpe de 1937

Getúlio Vargas, uma das figuras de maior expressão da história política brasileira do século XX, chegou ao poder em 1930, permanecendo por quinze anos sucessivos como presidente de um Governo Provisório (1930-1934), presidente eleito indiretamente pelo Congresso (1934-1937) e como ditador (1937-1945). Em 1945 foi deposto e retornou à presidência por meio do voto popular em 1950.

As principais características que regeram a chamada Era Vargas (1930-1945) podem ser encontradas na centralização política com vistas à valorização do cunho nacionalista, na colaboração entre Estado e Igreja, na política do café, na valorização do trabalhismo e dos problemas envolvendo a educação do país como plano de fundo de seu modelo político (FAUSTO: 2002).

O processo político no Governo Provisório (1930-1934) pautou-se, principalmente, na questão tenentista⁴ e a luta entre o poder central e os grupos regionais. Essas lutas culminaram na Revolução Constitucionalista de 1932 que trazia como principais objetivos à volta à legalidade no país por meio de uma nova Constituição. Todavia, não podemos deixar de destacar que esse movimento trazia também o sentimento da derrota paulista com a Revolução de 1930. A partir daí, o governo concentra, no curso de 1933, os trabalhos para a elaboração de nova Carta Magna para o país.

Em 15 de julho de 1934, Getúlio Vargas foi eleito pelo voto indireto da Assembleia Nacional Constituinte, presidente da República com mandato até 03 de maio de 1938. Destarte, a partir do término do Governo Constitucional de Vargas, haveria eleições diretas para o governo federal.

Polarizações ideológicas marcaram esse período. De um lado, a organização de tendência fascista Ação Integralista Brasileira, a AIB, tendo à frente Plínio Salgado (1895-

⁴ Tenentismo foi o nome dado ao movimento político-militar e à série de rebeliões de jovens oficiais de baixa e média patente do Exército Brasileiro no início da década de 1920, descontentes com a situação política do Brasil. Propunham reformas na estrutura de poder do país, entre as quais se destacam o fim do voto de cabresto, instituição do voto secreto e a reforma na educação pública. Sobre o assunto, ver: FAUSTO: 2002. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 - 2014



1975), que defendia valores como o nacionalismo, a ordem, a tradição e a família e, de outro, a ANL (Aliança Nacional Libertadora), que tinha como presidente o ex-capitão do exército Luís Carlos Prestes (1898-1990), defensor do ideário de esquerda, isto é, de valores como o nacionalismo, a suspensão da dívida externa, a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária, liberdades populares e a constituição de um governo popular.

O primeiro grupo seria um sustentáculo do golpe que viria a ser concretizado por Vargas com apoio das forças armadas, enquanto que a ANL, com intenções de depor o presidente, tenta, sem sucesso, promover um golpe comunista em 1935 (a “Intentona Comunista”)⁵. A repressão governamental utilizou-se do episódio de 1935 para a escalada autoritária movida pelo medo internacional da expansão comunista (FAUSTO: 2002).

No final de 1936 e início de 1937 começam as organizações para as eleições que ocorreriam em breve. No entanto, o governo central procurava um pretexto para que se concretizasse um clima para o seu almejado Golpe de Estado, ou seja, de manutenção do poder sem necessariamente utilizar-se de recursos democráticos como as eleições. Com apoio militar e do movimento integralista, forjou-se um plano de insurreição comunista ao país nomeado de “Plano Cohen”. A partir dele, Vargas justificou sua manutenção no poder para proteger o país de uma “ameaça vermelha constante”. Por conseguinte, a obra de ficção criada pelo governo tornou-se realidade com a instauração, em 10 de novembro de 1937, do Estado Novo, que seria o governo no estilo autoritário e sem grandes mobilizações (FAUSTO: 2002; MICELI: 2001; SCHWARTZAMAN: 1982).

O Estado Novo (1937-1945) não representou um rompimento com o passado, porém, elaborou-se nova Carta Constitucional para que se ampliassem os poderes do Executivo frente aos seus projetos. Dessa forma, podemos afirmar que o que chamamos de centralização do poder na Era Vargas teve sua plenitude durante o Estado Novo.

No comando do Estado, o poder pessoal de Vargas representava a instância decisiva em resoluções fundamentais. Órgãos como o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e o DASP (Departamento de Administração do Serviço Público) encarregavam-se da promoção do governo com bases num modelo nacionalista e de modernização do serviço público. Na política econômica privilegiou-se o incentivo ao setor industrial intensificando a

⁵ Intentona Comunista, também conhecida como Revolta Vermelha de 35 e Levante Comunista, foi uma tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas realizado em novembro de 1935 pelo PCB (na época, Partido Comunista do Brasil) em nome da Aliança Nacional Libertadora. Sobre o assunto, ver: FAUSTO: 2002. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 - 2014



política trabalhista, tanto quanto o controle da opinião pública. A política externa equilibrou-se num pêndulo que era direcionado de acordo com os alinhamentos e realinhamentos da interação entre o Brasil e as grandes potências. Além disso, estabeleceram-se relações comerciais com EUA e Alemanha e o jogo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) acabou por definir de forma mais pragmática a política internacional amparada no apoio aos EUA ao final do período. Todas essas medidas da Era Vargas ficaram conhecidas como “modernização conservadora”.

Portanto, a primeira presença de Getúlio Vargas no Brasil foi marcada por inúmeras mudanças: o crescimento populacional, a intensa urbanização, o aumento econômico da produção interna e a elevação do número de alfabetizados no país. Em outras palavras, a Era Vargas deixou para trás um passado que não retornaria, pelo menos no sentido das transformações aqui destacadas. Dito isso, daremos ênfase, levando em conta os objetivos de nosso artigo, à dinâmica da educação do período.

2. O projeto educacional e as disputas ideológicas

Os anos de 1930, e em especial o Ministério da Educação gestado por Capanema, foram movidos por componentes ideológicos: a educação era defendida por sua relevância política e pelo poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes (MICELI: 2001; ROMANELLI, 1983; SCHWARTZAMAN: 1982).

Projetos de educação pública e privada transitaram no debate da época e sem dúvida os predecessores desse debate foram fundamentais para as políticas adotadas a partir 1934. Destaques para o movimento da Escola Nova, a atuação da renovação católica e a influência das Forças Armadas – líderes da Revolução de 1930.

Com o objetivo de consolidar o cidadão político dedicado a construir e fortalecer a nação, Gustavo Capanema assume o Ministério da Educação e Saúde. As reformas do ministro tinham como foco o ensino público abrangente, padronizado e centralizador por meio de vasto controle burocrático, isto é, medidas típicas da modernização conservadora. Trata-se, de acordo com Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) de um período paradoxal, na medida



em que o projeto educacional mescla-se com políticas autoritárias e repressivas⁶ e carrega também os ventos modernizantes e das contribuições modernistas. Apesar dessas contradições, é sob a liderança de Capanema que a educação pública toma forma.

Portanto, o projeto nacionalista tinha um caráter conservador e autoritário destacando-se pela contrariedade à diversidade e pluralismo, ou seja, manteve o tom excludente. A ênfase estadonovista privilegiava a uniformização, a padronização cultural e a eliminação de qualquer organização autônoma da sociedade. Em suma, tratava-se da homogeneização da cultura, dos costumes, língua e ideologia.

3. O ministério sob a administração de Gustavo Capanema e os paralelos com os dias atuais

Unindo ideologicamente paradoxos, a missão de Capanema frente ao ministério da Educação e Saúde mesclou-se com a presença do ideário modernista: intelectuais de esquerda e do movimento modernista aliam-se ao governo numa relação que podemos estabelecer de contraditória, ao mesmo tempo em que creditava crenças ao movimento católico e aos símbolos nacionalistas que se aproximavam dos regimes totalitários (MICELI: 2001; SCHWARTZAMAN, BOMENY e COSTA: 2000).

As ações de Capanema tiveram como produto a inserção da radiofusão e do cinema nos quadros educacionais, o incremento da música (esforço educativo e de mobilização) com a presença ativa de Heitor Villa-Lobos, além da construção do Palácio da Cultura (construído em 1945 por Lúcio Costa) e o Projeto da Cidade Universitária.

Um dos pilares da política educacional da época foi seu cunho nacionalista, ou seja, a constituição da nacionalidade tornou-se a ação pedagógica do ministério. Esse elemento pode ser verificado, de acordo com Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), em pelo menos três instâncias: a) conteúdo nacionalista à educação transmitida nos estabelecimentos escolares; b) padronização desse modelo para universidades, escolas-modelo, currículos, livros didáticos e sistemas federais de controle e fiscalização; e c) erradicação das minorias étnicas, linguísticas e culturais.

⁶ Os autores destacam, por exemplo, o fechamento da Universidade do Distrito Federal (1939), a criação do Movimento Juventude Brasileira (criada nos anos 30 com apoio governamental e inspiração fascista) e a perseguição aos intelectuais liberais.



O projeto nacionalista do governo também era tema de preocupação do Ministério da Guerra, e, nesse sentido, houve forte ênfase no perigo da presença estrangeira e da colonização existente em diversas regiões do país. A partir dessa perspectiva, o papel do ministério foi atuar no sentido de desapropriar as escolas estrangeiras por meio da nomeação de diretores brasileiros e a destituição dos professores estrangeiros, substituindo-os pelos nacionais.

Além disso, houve, por parte do governo, uma política de repressão, em especial direcionada a alemães e japoneses e, muitas vezes, a pressão, em nome da nacionalidade, ganhava os tons de violência institucionalizada. A legislação, por exemplo, endurece decretos restringindo a expansão cultural estrangeira no país. Nota-se que o projeto governamental também tinha como interesses a preservação da identidade, em especial a brasileira, e aqui verificamos as pressões homogeneizadoras do governo central.

Atrelada ao sustentáculo da nacionalização, encontramos a Igreja Católica. Existiu, na gestão de Capanema, uma íntima associação com os setores militantes e conservadores católicos. De acordo com Schwartzman (1985):

Em 1934, quando Capanema chega ao Ministério da Educação, firmou-se o pacto político entre Getúlio Vargas, de origem castilhistas e positivista, e a Igreja. Segundo este acordo, a Igreja daria ao governo apoio político e receberia em troca, a aprovação das chamadas “emendas religiosas” na Constituinte de 1934, que incluía, entre outras coisas, a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. (p. 02)

As consequências da aliança entre o Estado e a Igreja foram não só a institucionalização do ensino religioso nas escolas públicas, mas também o fato de que a Igreja passa a aceitar uma presença ativa do Estado no campo educacional, até então dominado por essa instituição milenar. Além disso, a polarização das discussões pautadas pelo dueto educação pública X educação privada abriria ainda mais espaço à atuação da Igreja - que defendia o ensino privado e confessional.

As reformas de Capanema definiam os princípios gerais da educação nacional e tinha como ideal “formar o cidadão completo, útil à vida social”. O Conselho Nacional de Educação era uma espécie de Ministério com atribuições ampliadas. De acordo com as reformas todo o ensino estava sob a regência do ministério (da educação infantil ao nível superior).



Em relação aos níveis de ensino, a gestão sob a liderança de Capanema destina suas principais realizações ao ensino secundário e superior⁷. As outras esferas educacionais não contaram com o empenho governamental para seu pleno desenvolvimento e transformação.

Ainda destacando os resultados da aliança entre a Igreja e o Estado, verificamos a ênfase no ensino de cunho humanista, em especial na escola secundária em detrimento da formação científica e técnica. Um dos principais objetivos, a partir do modelo descrito, era formar e capacitar as elites com um ensino clássico e humanista. Dessa forma, o governo, de certa maneira, sujeita à maioria que não se encontra na elite ao ensino primário e às escolas profissionais que eram menos privilegiadas (ensinos comercial, agrícola e industrial). Em relação ao ensino superior, o mesmo se restringiu aos alunos dos cursos secundários tradicionais. Com isso, há forte desvalorização da educação técnica e profissionalizante⁸.

No nível pré-primário, de acordo com o ministério, a atribuição é da família e de escolas privadas. A participação estatal era eventual e no caso de amparo às crianças pobres. O ensino primário cabia ao Estado e a participação da união era supletiva. O secundário era formado por dois ciclos (fundamental e complementar), a formação era basicamente humanística com controle rígido e acesso à universidade. Aqueles que não passassem nos exames admissionais para o secundário teria a possibilidade de ingressar no industrial, agrícola ou comercial. O currículo do secundário atendeu à formação de uma elite cultural e criou uma estrutura burocrática complexa de inspeção e reconhecimento⁹.

Verificamos as prioridades de Capanema quando nos debruçamos também sobre a reforma do ensino superior, mais preocupado com o preparo das elites do que a alfabetização intensiva das massas. O núcleo do projeto governamental era a Universidade do Brasil que teria a função de criar um padrão nacional de ensino superior exercendo o controle de sua

⁷ Segundo os autores de *Tempos de Capanema*, o sistema educacional proposto pelo ministro correspondia à divisão econômico-social do trabalho. Assim, a educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Teríamos a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina; uma educação destinada à elite da elite, outra educação para a elite urbana, e outra para os jovens que comporiam o grande "exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação" e outra ainda para as mulheres. A educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação, "realidade moral, política e econômica" a ser constituída. Ver: SCHWARTZAMAN, BOMENY e COSTA: 2000.

⁸ A situação atinge um patamar diferencial quando o empresariado (principalmente a Federação das Indústrias e dos Liceus de Artes e Ofícios), por meio de uma visão pragmática e de necessidades práticas percebe a importância da capacitação profissional e estimula sua disseminação através da escolarização técnica e profissionalizante. A criação do SENAI (1946) contribuiu para a retomada dessa importância no cenário nacional. Isso ocorreu num momento em que o SENAI especializou-se no aperfeiçoamento não mais obedecendo aos ditames que o Ministério da Educação lhes impusera anteriormente.

⁹ O padrão curricular era norteado pelo Colégio Pedro II do Rio de Janeiro.



qualidade. Foi criada a Faculdade Nacional de Filosofia, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, no entanto, o saldo do projeto se vê fracassado. Alguns dos principais problemas referem-se à indicação de professores com forte teor ideológico, a preocupação arquitetônica precedendo o projeto em si ao invés do planejamento dos cursos (ALMEIDA: 1989). A proposta tinha um caráter hierárquico e autoritário, não conseguindo colocar-se em posto de concorrência com o padrão institucionalizado em São Paulo com a USP (Universidade de São Paulo), criada em 1934 e apresentava por diversas razões, um ambiente mais propício às atividades intelectuais (BASTOS: 2002; MICELI: 1989; SILVA: 2012).

Ainda assim, os pontos positivos devem ser destacados: a consolidação de formas administrativas e procedimentos implantados; a sistematização legal do sistema universitário definindo os currículos; os modelos e padrões válidos para o país; os títulos, que deveriam ser fornecidos de acordo com a profissão regulamentada pela lei; o papel fiscalizador do Ministério da Educação com o apoio do Conselho Nacional e a construção física da universidade como ponto de partida.

Cabe ressaltar, em meio às reformas ministeriais, o ensino industrial, que foi objeto de entraves entre o governo e o empresariado que o encarava a partir de diferentes horizontes. O Estado Novo visualizava o ensino industrial como uma espécie de “caridade aos pobres”, segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (2000). A Igreja, aliada do governo, pouco se preocupou com este setor. A visão do empresariado, compartilhada pela Federação das Indústrias e pelos Liceus de Artes e Ofícios era de cunho pragmático e de necessidades práticas. O Ministério da Educação e o do Trabalho discutem a situação do ensino industrial e, em 1942 criam decretos para a criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), bem como lei organizando o Ensino Industrial. A partir de 1946 o SENAI especializa-se no aperfeiçoamento industrial deixando de submeter-se aos ditames Ministério da Educação.

Permanências...

Certamente não podemos transferir a sociedade de quase oitenta anos atrás para os dias atuais e sabemos que, do ponto de vista das transformações, a educação brasileira passou por inúmeras mudanças e inovações. No entanto, algumas permanências podem ser observadas se verificarmos as contribuições do ministério de Gustavo Capanema durante o governo de Getúlio Vargas.



O período foi marcado por um aumento do ponto de vista quantitativo do sistema educacional, o que ocorreu com maior intensidade no nível médio e nos cursos do ensino superior. Esse processo intensificou-se certamente na atualidade e uma de suas consequências está na dificuldade de equacionar quantidade e qualidade.

Outro fator característico da gestão Capanema foi a atuação da Igreja, que interferiu diretamente no processo de centralização burocrática com o aval estatal. Hoje esses vínculos não predominam no setor educacional e, as mudanças e transformações da sociedade têm aberto perspectivas diferenciadas para o papel religioso na educação, embora partisse das entidades ligadas à Igreja tenha forte participação no campo educacional, em especial na esfera privada - que é heterogênea e marcada por intensas disputas.

A escolaridade no país foi ampliada nas últimas décadas, sua modernização e o aumento da eficiência da atuação do setor governamental foram evidentes. Ao mesmo tempo, verificamos o ensino primário sendo deixado de lado pelos governos atuais em virtude da prioridade dada ao ensino superior. O Estado Novo também deixaria em aberto a discussão sobre escola pública X escola privada (de caráter confessional) que ganhou, com o passar dos anos e especialmente após a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961, roupagens diferenciadas e nuances heterogêneas, isto é, tornou-se um setor em larga expansão e com defensores ferozes pelos interesses dos colégios privados.

Dessa, algumas das características das reformas de Capanema ainda hoje são presentes em nosso campo educacional, por exemplo, a unificação do sistema, os conteúdos ministrados em língua portuguesa, a organização e controle do governo em seus diferentes níveis (Educação Básica e Superior), leis que regulam as profissões no país e o financiamento estatal da educação. Portanto, a compreensão do aparato educacional brasileiro não pode ser feita sem uma discussão sobre a presença e onipresença das medidas de Gustavo Capanema.

Considerações finais

A expressão “modernização conservadora”, que caracterizou o regime de governo de Getúlio Vargas, pode ser estendida ao Ministério da Educação sob a regência de Gustavo Capanema. O desejo de criação de um sistema educacional baseado na modernização e com preocupações abrangentes na atividade cultural e artística deram sustentáculo à sua atuação.



O que se destina ao aspecto conservador associa-se à ampla concentração de poder e controle do estado sobre a educação e as políticas implementadas, sua concepção estetizante da cultura e das artes – muitas vezes atrelando-a ao ornamentalismo e aos grandes sentimentos cívicos - reforçando o cunho nacionalista de seu projeto.

Com isso a preocupação com a moral, o civismo e responsabilidades trazem para a esfera educacional os objetivos propostos pelo Estado Novo, a valorização da autoimagem do brasileiro e a criação de uma identidade nacional. Nesse período, o Ministério da Educação também aprovou a criação de uma série de órgãos, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Instituto Nacional de Serviços Pedagógicos (INEP) e o Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa.

A união entre Igreja e Estado também contempla a fórmula conservadora e clareia a ênfase dada ao ensino humanista na escola secundária destinada à formação de nossas elites. O ensino superior também foi uma das prioridades do governo. Prova disso, são as medidas para a uniformização, padronização e a eliminação de organizações autônomas no âmbito do terceiro grau.

Além disso, a modernização do projeto educacional encontrou espaço justamente na administração e nos procedimentos criados pelo Ministério para gerir e financiar a educação nacional. A sistematização do ensino superior, com modelos e padrões para o país foi fundamental para a expansão e consolidação desse setor e o papel de fiscalizador atribuído ao Ministério da Educação, com o respaldo do Conselho Nacional de Educação.

Projetar as reformas de Capanema para o atual contexto talvez soe inapropriado devido às inúmeras transformações e nuances que não só a sociedade brasileira passou, mas o lugar ocupado pela educação de lá para cá. No entanto, as suas reformas foram fundamentais para a arquitetura do Ministério da Educação como catalizador e órgão incumbido de formalizar as diretrizes educacionais do país e uma análise profunda do sistema de ensino do Brasil, passa, obrigatoriamente, pela discussão sobre a presença e onipresença de Gustavo Capanema.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais/Idesp, 1989.



BASTOS, Elide Rugai. Pensamento social da escola sociológica paulista. In: MICELI, Sérgio. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-2002)**. São Paulo: Sumaré, 2002.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Gustavo Capanema. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 10ª. Ed. São Paulo: Edusp, 2002.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, ed. Vozes, 1983.

SCHWARTZMAN, Simon. **Estado novo, um auto-retrato** (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

_____. Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 66 (153), 165-172, maio/agosto, 1985.

_____, BOMENY, Helena Maria Bousquet, e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA, Rogério de Souza e SILVA, Cinthia Lopes. A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil: percalços e conquistas. **Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas**, v. 22, p. 97-106, 2012.